

**AGRAVO EM RECURSO ESPECIAL Nº 1.601.205 - SP (2019/0307628-0)**

**RELATOR** : **MINISTRO RAUL ARAÚJO**  
**AGRAVANTE** : UNIMED SAO JOSE DOS CAMPOS - COOPERATIVA DE  
TRABALHO MEDICO  
**ADVOGADO** : MARCIO ANTONIO EBRAM VILELA - SP112922  
**ADVOGADOS** : THIEMY CURSINO DE MOURA HIRYE QUERIDO - SP260550  
GUSTAVO GOMES BRITO - SP398469  
**AGRAVADO** : GREYCE CRISTIANE DA SILVA  
**ADVOGADO** : ANDREIA APARECIDA OLIVEIRA BESSA - SP325571

**DECISÃO**

Trata-se de agravo de decisão que inadmitiu recurso especial fundado no art. 105, III, alíneas “a” e “c” da Constituição Federal, interposto contra v. acórdão do Eg. Tribunal de Justiça do Estado de São Paulo, assim ementado:

*"Plano de saúde Negativa de cobertura com fundamento na ausência de previsão no rol da ANS Abusividade Súmula TJSP n.º 102 Decisão mantida Recurso improvido." (e-STJ, fl. 243)*

Nas razões do recurso especial, o agravante alega violação aos arts. 1º, 10, inciso VI da Lei 9.656/98 e divergência jurisprudencial, sustentando, em síntese, (a) que o contrato de plano de saúde está diretamente ligado aos ditames da ANS, de modo que o procedimento solicitado pela agravada, consistente no fornecimento de medicamento para tratamento domiciliar, está excluído legalmente, pois não foi incluso na cobertura de fornecimento obrigatório e (b) que não há qualquer ilegalidade, tendo sido o contrato registrado no órgão competente e possuindo número de registro.

É o relatório. Passo a decidir.

Com relação à suposta violação aos arts. 1º e 10, VI da Lei 9.656/98, o Tribunal de origem afirmou que a negativa de tratamento com o medicamento indicado expressamente por profissional médico, com fundamento na ausência do mesmo no rol da ANS, foi abusiva, pouco importando que o mesmo se dê no ambiente domiciliar, *in verbis*:

*"Narra a inicial que a apelada foi diagnosticada com Lúpus Eritematoso Sistêmico, sofreu um AVC, que lhe deixou com sequelas e está com doença renal crônica. Após realização de tratamento com medicamentos tradicionais, sem resultados*

# *Superior Tribunal de Justiça*

*satisfatórios, houve indicação médica para realização de tratamento com o medicamento Belimumabe (Benlysta).*

*Contudo, não houve cobertura do plano de saúde.*

*(...)*

*A negativa de cobertura sob o fundamento de que o medicamento prescrito não consta no rol da ANS é abusiva e não pode prevalecer.*

*Este E. Tribunal já consolidou o entendimento por meio da súmula 102 que “Havendo expressa indicação médica, é abusiva a negativa de cobertura de custeio de tratamento sob o argumento da sua natureza experimental ou por não estar previsto no rol de procedimentos da ANS.”*

*Anoto, ainda, que descabe a realização de perícia técnica prévia, pois compete ao médico indicar qual o tratamento mais adequado para a moléstia do paciente.*

*Ademais, com o o medicamento prescrito corresponde ao próprio tratamento, deve o plano de saúde arcar com os custos de sua administração, pouco importando se feito no ambiente hospitalar, ambulatorial ou domiciliar, não se aplicando o disposto no art. 10, VI, da lei 9.656/98.*

*(...)*

*Em suma, embora possível a estipulação de cláusulas limitativas de direitos, desde que informadas com clareza ao consumidor, nos moldes do artigo 51, inciso I V, do CDC são nulas de pleno direito cláusulas estabeleçam obrigações consideradas iníquas, abusivas, que coloquem o consumidor em desvantagem exagerada ou sejam incompatíveis com a boa-fé ou a equidade.*

*E não foi demonstrada a ocorrência de desequilíbrio contratual.*

*Além disso, com o não pode o plano de saúde excluir ou limitar os meios curativos, não prevalece a negativa de cobertura com base em resolução administrativa ou em recomendações de enunciados de jornada de direito da saúde organizada pelo CNJ, que obviamente não tem função jurisdicional nem competência para recomendar como devem decidir os juízes essas questões.” (e-STJ, fls. 243/245)*

Nesse ponto, a decisão de origem está em consonância com o entendimento deste Superior Tribunal de Justiça, no sentido de que o plano de saúde pode estabelecer as doenças que terão cobertura, mas não o tipo de tratamento utilizado para a cura de cada uma, sendo abusiva a cláusula contratual que exclui fornecimento de medicamento para uso domiciliar receitado pelo médico, como é o caso tratado nos presentes autos.

Nessa linha de inteligência, confirmam-se os seguintes precedentes:

**"AGRAVO INTERNO NO AGRAVO EM RECURSO ESPECIAL. PLANO DE SAÚDE. FORNECIMENTO DE MEDICAÇÃO PARA USO DOMICILIAR. RECUSA INDEVIDA. ABUSIVIDADE DE CLÁUSULA QUE LIMITA A FORMA DE TRATAMENTO. SÚMULA 83/STJ. HONORÁRIOS ADVOCATÍCIOS. MAJORAÇÃO. IMPOSSIBILIDADE. AGRAVO NÃO PROVIDO. MULTA PREVISTA NO ARTIGO 1.021, § 4º, DO CÓDIGO DE PROCESSO CIVIL/2015. NÃO INCIDÊNCIA.**

**1. Revela-se abusiva a recusa de custeio do medicamento prescrito pelo médico responsável pelo tratamento do beneficiário, ainda que ministrado em ambiente domiciliar. Precedentes do STJ.**

2. "Não é cabível a majoração dos honorários recursais, por ocasião do julgamento do agravo interno, tendo em vista que a referida verba deve ser aplicada, apenas uma vez, em cada grau de jurisdição, e não a cada recurso interposto na mesma instância" (AgInt no AREsp 1374512/SP, Rel. Ministro MARCO AURÉLIO BELLIZZE, TERCEIRA TURMA, julgado em 29/4/2019, DJe 6/5/2019) 3. Em que pese o não provimento do agravo interno, a sua interposição, por si só, não pode ser considerada como protelatória, de modo que incabível a aplicação de penalidade à parte que exerce regularmente faculdade processual prevista em lei, nos termos do artigo 1.021, § 4º, do CPC.

4. Agravo interno a que se nega provimento."

(AgInt no AREsp 1433371/SP, Rel. Ministra **MARIA ISABEL GALLOTTI**, QUARTA TURMA, julgado em 17/09/2019, DJe 24/09/2019)

**"AGRAVO INTERNO NO RECURSO ESPECIAL. PLANO DE SAÚDE. 1. FORNECIMENTO DE MEDICAÇÃO PARA USO DOMICILIAR. RECUSA INDEVIDA. ABUSIVIDADE DE CLÁUSULA QUE LIMITA A FORMA DE TRATAMENTO. SÚMULA 83/STJ. 2. AGRAVO INTERNO IMPROVIDO.**

**1. Revela-se abusivo o preceito excludente do custeio do medicamento prescrito por médico responsável pelo tratamento do beneficiário, ainda que ministrado em ambiente domiciliar. Precedentes.**

2. Agravo interno improvido."

(AgInt no REsp 1791639/SP, Rel. Ministro **MARCO AURÉLIO BELLIZZE**, TERCEIRA TURMA, julgado em 13/05/2019, DJe 16/05/2019)

**"AGRAVO INTERNO NOS EMBARGOS DE DECLARAÇÃO NO AGRAVO EM RECURSO ESPECIAL. COMINATÓRIA. VIOLAÇÃO AO ART. 1.022 DO CPC/2015. NÃO OCORRÊNCIA.**

**AFRONTA AOS ARTS. 2º E 12 DA LEI 6.360/76. AUSÊNCIA DE PREQUESTIONAMENTO. SÚMULAS 282 E 356/STF. PLANO DE SAÚDE. NEGATIVA DE FORNECIMENTO DE MEDICAMENTO DE USO DOMICILIAR. NATUREZA ABUSIVA. AGRAVO NÃO PROVIDO.**

*1. Não se verifica a alegada violação ao art. 1.022 do NCPC, na medida em que a eg. Corte de origem dirimiu, fundamentadamente, a questão que lhe foi submetida, não sendo possível confundir julgamento desfavorável, como no caso, com negativa de prestação jurisdicional ou ausência de fundamentação.*

*2. Fica inviabilizado o conhecimento de tema trazido no recurso especial, mas não debatido e decidido nas instâncias ordinárias, tampouco alvo dos embargos de declaração opostos, para sanar eventual omissão, porquanto ausente o indispensável prequestionamento. Aplicação, por analogia, das Súmulas 282 e 356 do STF.*

*3. De acordo com a orientação jurisprudencial do STJ, o plano de saúde pode estabelecer as doenças que terão cobertura, mas não o tipo de tratamento utilizado para a cura de cada uma, sendo abusiva a cláusula contratual que exclui tratamento domiciliar quando essencial para garantir a saúde ou a vida do segurado.*

*4. Agravo interno a que se nega provimento.*

*(AgInt nos EDcl no AREsp 1302405/PR, Rel. Ministro RAUL ARAÚJO, QUARTA TURMA, julgado em 16/05/2019, DJe 29/05/2019)*

Dessa forma, verifica-se a incidência da Súmula 83/STJ, aplicável às alíneas “a” e “c”.

Diante do exposto, nos termos do art. 253, parágrafo único, II, b, do RISTJ, conheço do agravo para negar provimento ao recurso especial. Com supedâneo no art. 85, § 11, do Código de Processo Civil, majoro os honorários advocatícios devidos ao recorrido de R\$ 1.500,00 (mil e quinhentos reais) para R\$ 1.650,00 (mil, seiscentos e cinquenta reais)

Publique-se.

# *Superior Tribunal de Justiça*

Brasília (DF), 19 de novembro de 2019.

MINISTRO RAUL ARAÚJO  
Relator